



Os ministros Paulo Paiva, José Serra e Pedro Malan durante a entrevista coletiva.

Ministros explicam as mudanças na economia

APÓS A DIVULGAÇÃO DA MP, HOUVE LONGA ENTREVISTA COLETIVA. A QUESTÃO SALARIAL E AS NOVAS MODALIDADES DE POUPANÇA FORAM OS TEMAS QUE MAIS DESPERTARAM A ATENÇÃO.



Na longa entrevista coletiva que os ministros da área econômica concederam após a divulgação da medida provisória da desindexação, ganharam destaque a questão salarial e as novas modalidades de poupança. A primeira pergunta, dirigida ao ministro do Trabalho, Paulo Paiva, questionou o risco de o Artigo 13 da MP, limitando a negociação de reajustes salariais e produtividade de acordo com a situação de cada empresa, esvaziar o poder das centrais sindicais.

Paulo Paiva disse não acreditar que isso venha a ocorrer. "A qualificação de produtividade como aumento real de salário procura dar maior objetividade às negociações", explicou. Atualmente, segundo ele, existe um amplo espaço para discussão sem

a definição objetiva da negociação e com a expectativa de que ela termine na Justiça. "Normalmente, a racionalidade das partes é de buscar otimizar sua posição, procurando ir ao extremo da sua oferta, tanto do ponto de vista dos trabalhadores como dos empregadores", argumentou.

Também foi questionada pelos repórteres a vantagem ou não de se abandonar a atual modalidade de poupança e optar pela caderneta que garante rendimento a cada 90 dias. O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, disse que a ideia de criação de uma nova modalidade de depósito foi a de dar acesso ao pequeno poupador a uma remuneração que ele não teria nos instrumentos tradicionais, ou seja, CDBs e letras de câmbio, entre outros.

"Na realidade, esse depósito a prazo, com reaplicação automática, permite que o poupador tenha acesso a essa remuneração",

explicou Loyola. "Evidentemente, porém, se deixou a critério exclusivo do poupador a escolha do instrumento financeiro que ele achar mais adequado." O presidente do Banco Central fez questão de frisar que as cadernetas de poupança tradicionais continuam intocáveis, não havendo nenhum tipo de perda para o poupador.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, explicou que a TR não vai variar abaixo da inflação e, portanto, não haverá perda alguma. "O fato de que, no passado, ela tenha ficado acima da inflação não implica que será aplicado algum redutor para colocá-la abaixo da inflação, porque isso seria absolutamente inconveniente do ponto de vista de colocação de títulos públicos e tudo o mais", comentou.

Segundo ele, não há nada que prejudique o poupador tradicional, que está recebendo a remuneração

com a TR mais 0,5%. Malan admitiu, porém, que a intenção é eliminar o caráter superindexador da TR, "que leva inclusive algumas pessoas, que tenham comprado casas, a de repente ficarem devendo como saldo montantes às vezes maiores do que a dívida que inicialmente assumiram".

Malan também falou sobre salário, ao ser abordado sobre o risco de a livre negociação provocar um grande achatamento salarial. O ministro fez questão de deixar claro que o que está sendo proposto não é uma livre negociação total e absoluta — "ampla, geral e irrestrita" — a partir de 1º de julho. Malan lembrou, por exemplo, que está assegurado aos trabalhadores, na primeira data-base da respectiva categoria após a vigência da MP, o pagamento do reajuste relativo à variação acumulada do IPC-r desde a última data-base até junho de 95.